

**A TENTATIVA DE FUNDAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE
NO BRASIL OITOCENTISTA E O ENSINO DE LÍNGUAS**

Thaísaregly de Moura Souza (UFF)

thaisaregly@id.uff.br

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

A partir da Historiografia Linguística (HL), analisamos o pensamento linguístico do Brasil oitocentista em relato apresentado na obra *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil), uma trilogia, publicada em 1823, de Karl F. P. von Martius e Spix, em que contam suas experiências durante a Missão Artística Austro-Alemã, uma expedição que acompanhou a vinda da então futura Imperatriz Leopoldina da Áustria, em 1817. Em seu relato a respeito do Rio de Janeiro, o filólogo e naturalista Martius relata e lamenta um debate à época de D. João VI sobre fundar uma universidade brasileira em 1808. Analisaremos o relato sobre o ensino de línguas no Rio de Janeiro, em 1817, a ideia da fundação de uma universidade na época e o pensamento linguístico nesse contexto.

Palavras-chave:

Brasil oitocentista. Historiografia Linguística. Karl von Martius.

ABSTRACT

Through the Linguistic Historiography (LH), the linguistic thinking of nineteenth century Brazil was analyzed in an account presented in *Reise in Brasilien* (Journey through Brazil), a trilogy which was published in 1823, by Karl F. P. von Martius and Spix, where they recount their experiences during the Austro-German Artistic Mission, an expedition that accompanied the arrival from the future Empress Leopoldina of Austria in 1817. In his account about Rio de Janeiro, the philologist and naturalist Martius reports and regrets a debate at the time of D. João VI about founding a Brazilian university in 1808. We will analyze the report about the languages teaching in Rio de Janeiro in 1817, the idea of founding an university at that time and the linguistic thinking in this context.

Keywords:

Linguistic Historiography. Karl von Martius. Nineteenth century Brazil.

1. Introdução: a ideia de uma universidade no Brasil oitocentista

Foi no contexto da vinda de Dona Leopoldina da Áustria para seu casamento com o príncipe Dom Pedro de Alcântara, futuro imperador do Brasil, que se deu a missão austro-alemã, de cunho artístico-científico, inspirada na expedição de Alexander von Humboldt às Américas. Produ-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to da expedição que desbravou o território brasileiro do ano de 1817 a 1820, a obra *Reise in Brasilien* (Viagem pelo Brasil) foi publicada em três tomos pelo naturalista bávaro Karl F. P. von Martius (1794–1868), inicialmente em coautoria com o também naturalista Johann Baptist von Spix (1781–1826), nos respectivos anos de 1823, 1828 e 1831.

A trilogia conta, em ricos detalhes, a experiência de toda a viagem, mas é logo em seu início, ainda na narrativa a respeito da cidade onde desembarcaram após a longa viagem de Trieste, que iremos nos ater. Aportados na então província do Rio de Janeiro, onde os naturalistas conheceram o cotidiano da capital do futuro império, fizeram anotações sobre o sistema de ensino da época, incluindo-se o ensino de línguas. Os viajantes exploraram outras cidades, mais além, por cinco meses, até ser iniciada oficialmente a “grande excursão” até a Amazônia.

Ao observarem aspectos urbanos e sociais do Rio de Janeiro, os naturalistas também tomaram nota da comunidade erudita e escolar, no ano de 1817, registrando o ensino de línguas:

Para a instrução da juventude, dispõe a capital de diversas e boas instituições de ensino. Pessoas abastadas tomam professores particulares a fim de prepararem os filhos para a Universidade de Coimbra, o que obriga a grandes sacrifícios visto que são raros os professores competentes. No Seminário de São Joaquim, aprendem-se os rudimentos do latim e do cantochão. Mas o melhor colégio é o Liceu ou Seminário de São José, onde, além do latim, do grego, das línguas francesa e inglesa, retórica, geografia e matemática, também se lecionam filosofia e teologia. A maioria dos professores é do clero, o qual, entretanto, exerce atualmente muito menor influência no ensino do povo do que antigamente, sobretudo no tempo dos jesuítas (MARTIUS, 1981, p. 55).

Todo conhecimento de ensino superior precisava ser adquirido na Europa, sendo o destino de preferência a Universidade de Coimbra para brasileiros, visto que não havia uma universidade no país ainda. Também há relatos de observações feitas acerca da coleção de livros trazida de Portugal pela família real ao Rio de Janeiro, que compunham a Real Biblioteca – futura Biblioteca Nacional do Brasil:

A Biblioteca, como se diz, de setenta mil volumes, presente no que o rei trouxe consigo de Portugal para a capital do Brasil, está colocada no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo. Os assuntos de história e jurisprudência, seriam os mais fartamente representados. Para nós, foi de especial valor o manuscrito de uma *Flora Fluminense*, isto é, do Rio

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Janeiro, que contém a descrição e belas figuras de muitas plantas da redondeza, raras ou desconhecidas, e tem como autor um tal Veloso. A entrada na Biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto, aqui é tão pouco sentida a necessidade das ocupações científicas que as salas permanecem, por assim dizer, vazias (MARTIUS, 1981, p. 54-5).

Note-se que a obra que mais chama a atenção de Martius é a *Flora Fluminensis*, obra de botânica escrita em latim que o influenciaria na redação posterior da *Flora Brasiliensis*. Martius salienta a utilidade da biblioteca para a sua própria pesquisa sobre botânica, inclusive ao citar uma das obras que lhe serviu como fonte para sua própria produção a respeito da flora brasileira. Todavia, o fato mais interessante de se observar em sua narrativa é a utilização da biblioteca - ou melhor, a falta de utilização dela. O naturalista percebe uma certa falta de interesse pela pesquisa científica por parte dos brasileiros no século XIX, a ponto de não haver interessados na visitação à biblioteca.

Baseando-se nestes e em mais alguns fatos observados, Martius faz um comentário acerca da personalidade e do perfil do Brasil oitocentista, para também explicar o fenômeno da falta de interesse pela ciência devido ao longo período de colonização:

Por mais íntimo conhecimento da índole do povo brasileiro e da sociedade do Rio de Janeiro, acha o viajante, sem dúvida, que essas intenções do governo não foram, ainda que de modo geral devidamente apreciadas, e que uma constituição colonial de duzentos anos deixou impressão forte demais no caráter do brasileiro, para que ele já pudesse agora dedicar-se com a mesma energia, que distingue o europeu, aos sérios labores da indústria, da arte e das ciências, que asseguram a sorte e o vigor de um Estado (MARTIUS, 1981, p. 54).

Martius acrescenta, ainda, um paralelo entre preferências e prioridades entre as sociedades dos hemisférios Sul e Norte, com sua literatura de informação:

Até aqui tem sido antes o gosto pelas comodidades, pelo luxo e pelas formas amenas da vida exterior, que se espalha rapidamente, do que o amor pelas artes e pelas ciências no seu verdadeiro sentido. Enquanto o desenvolvimento destas últimas nos países do Norte teve, como consequência, o enobrecimento dos gozos da vida, no Sul, ao contrário, com o desenvolvimento mais livre da sensualidade e da vida exterior chega-se tardiamente ao aperfeiçoamento da arte e das ciências. Não se procurem, portanto, ainda, na jovem capital, as grandes influentes instituições para educação e instrução superior como as que estamos habituados a ver na

Com a chegada da corte ao Brasil em 1808, surgira a ideia de se fundar uma universidade no reino. A respeito do projeto da universidade no Brasil naquela época, conta Martius que:

Logo que chegou, pretendeu o rei criar uma universidade na jovem monarquia. Ainda não estava resolvido, porém, onde seria a sede, se no Rio de Janeiro ou no clima mais temperado de São Paulo. [...] mas, entre os que ainda queriam o Brasil como colônia dependente de Portugal, também para o futuro, encontrou tão grandes obstáculos que todo o projeto falhou. (MARTIUS, 1981, p. 56)

O naturalista bávaro ressalta a frustração do projeto da universidade pelos “que queriam o Brasil como colônia dependente de Portugal”, uma corrente oposta ao desenvolvimento iluminista de conscientização intelectual no Brasil, corrente essa que desejava manter o reino tropical na inércia de uma sociedade escravista e colonizada, em oposição aos que desejavam o desenvolvimento científico e econômico. Nesse aspecto, vemos como havia correntes de pensamento que divergiam no processo de desenvolvimento do Brasil no início do século XIX.

A respeito dos fundamentos do projeto universitário no Brasil oitocentista, Martius registra que: “J. Garcia Stockler, filho de um cônsul alemão das Cidades Hanseáticas em Lisboa, expôs um plano, em parte no estilo da universidade alemã, que obteve muitos aplausos do ministério” (MARTIUS, 1981, p. 56). O projeto de fundação de uma universidade no Brasil oitocentista, que não prosperou, teria sido apoiado por setores ligados ao comércio exterior e à abertura dos portos recente; já o modelo universitário alemão a que se refere Martius, acreditamos ser o humboldtiano.

2. Humboldt e a concepção de universidade no século XIX

Essa inspiração inicial para uma universidade no Brasil oitocentista, registrada por Martius, estava vinculada ao clima intelectual da fundação das universidades alemãs modernas, sobretudo ao pensamento educacional de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), linguista, que foi também influência para o pensamento linguístico de Martius, e fundador da Universidade de Berlim em 1810. Seu nome é fortemente associado à história da educação moderna graças ao seu plano pedagógico universitário humanístico, que defende um modelo pedagógico universalizado e crítico:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O conceito das instituições científicas superiores deve significar, ao mesmo tempo, o ápice daquilo que é incontornável para que a cultura moral da nação surja, e que é determinado por si mesmo, [ou seja] promover a ciência, no sentido mais profundo e amplo da palavra, [mas esse conceito também deve se dar] como conteúdo de uma formação cultural espiritual e moral [*geistige und moralische Bildung*], que não pode ser determinada por nenhuma perspectiva alheia, mas cuja utilidade deve ser deduzida apenas de si mesma (HUMBOLDT, 2002 *apud* BRITTO, 2012).

De fundamento iluminista, sustentada pelas ciências e a filosofia, no intuito de trazer à luz a razão, Humboldt defendia uma forma de secularizar a cultura. Conta com dois compromissos, que são a formação do intelecto e da moral e desenvolvimento científico: “O conceito das instituições científicas superiores [...] implica duas tarefas. De um lado, promoção do desenvolvimento máximo de ciência. De outro, produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 1997 *apud* BRITTO, 2012).

Com a ascensão da especialização das disciplinas acadêmicas, Humboldt comunicava que ainda era necessário estimular e manter a contribuição entre cientistas de diferentes áreas do saber, visto que um conhecimento não é algo isolado dos demais saberes. Essa visão de interdisciplinaridade ainda é patente no conceito de universidade que congrega diversas faculdades e campos científicos.

Com um ensino científico e cosmopolita, é de suma importância a universidade ter sempre inserção na sociedade, gerando um conhecimento coerente com a realidade que lhe rodeia: “[...] as instituições científicas apenas se justificam plenamente quando as ações que as definem convergem para o enriquecimento da cultura moral da nação” (HUMBOLDT, 1997, p. 79):

O projeto humboldtiano deixa implícita a defesa de uma universidade pública (sinônimo de estatal), sob os cuidados do Estado, mas isenta de suas interferências e/ou de seus interesses imediatos. No entanto, aí está afirmada a dimensão política da educação que não pode perder de vista a sociedade a que ela serve. [...] As artérias que farão pulsar a vida universitária, são denominadas por liberdade de investigação, autonomia, cooperação e colaboração. Certamente, tais aspectos aqui refletidos são constituintes de uma topografia – etimologicamente, descrição de um lugar – da própria pedagogia universitária. (ARAÚJO, 2009, p. 77, 80)

O projeto coloca o Estado na obrigatoriedade de manter a dinâmica do desenvolvimento científico, entendendo a unidade universitária

como possuidora de sua própria lógica no âmbito da pesquisa, tal como o do conteúdo de ensino designado à formação moral e intelectual: “Esse conteúdo não pode ser determinado segundo uma intenção que lhe seja externa. Pelo contrário, contém sua própria finalidade” (HUMBOLDT, 1997 *apud* ARAÚJO, 2009). Portanto, o Estado não deve interferir na autonomia da academia, não se envolvendo em qualquer aspecto da pesquisa, na perspectiva oitocentista humboldtiana:

Trata-se, como se deduz de tal princípio orientador da política educacional, de colocar a ciência como uma busca infundável, que orienta a instituição universitária como lugar de desenvolvimento científico, fundado na liberdade de investigação e na autonomia. Uma de suas demarcações se põe na relação com o Estado, uma vez que este “[...] não pode exigir das instituições científicas superiores nada que se relacione imediata ou diretamente a si mesmo. Ao contrário, deve compreender que, ao alcançarem sua autêntica finalidade, estas também cumprem as finalidades do próprio Estado” (HUMBOLDT, 1997, p. 89). [...] Tal concepção acaba situando a universidade como um local em que a ciência e a política se expressam coadjuvantes, aquela construtora deste (ARAÚJO, 2009, p. 76).

Talvez, por partir dos preceitos iluministas de autonomia, liberdade pessoal, desenvolvimento social e igualdade, o projeto de uma universidade no Brasil do século XIX tenha ido de encontro ao interesse de lideranças relacionadas à economia escravista. A valorização da razão, o iluminar científico e autonomia acadêmica certamente representariam um risco a modelos econômicos derivados do período colonial, visto que, o modelo de universidade simbolizava ideias liberais, vinculadas ao desenvolvimento das ciências e do comércio.

3. *O Museu Real em lugar de uma universidade*

No entanto, o Brasil oitocentista passaria a contar com uma instituição acadêmica, derivada talvez desse debate inicial. A Casa de História Natural, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, devido à sua grande coleção de aves empalhadas foi a pedra fundamental na criação de um museu no reino tropical. Fundada pelo Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos e Souza em 1784, a casa foi vista como sem grande utilidade após a vinda da família real ao Rio de Janeiro e, em 1813, o empório que guardava a coleção foi extinto e teve seu acervo transferido para a então recém-criada Academia Real Militar, o que daria espaço para a cri-

ação do Museu Real.

Aponta-se como um dos fatores para a evolução deste quadro (LOPES, 1995, p. 41) a vinda de Dona Leopoldina e seu apreço pelas Artes Naturais, juntamente com a expedição artístico-científica que a acompanhou na vinda ao Brasil em 1817. Enquanto ainda ocorria a expedição austro-alemã em território brasileiro, aos seis de junho de 1818, D. João VI assinou o decreto de fundação do Museu Real.

Segundo o decreto, a função do museu era:

[...] propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do commercio, da industria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes manancias de riqueza [...] (BRASIL, 1818, p. 60)

Nesse aspecto, ainda que não contemplasse diretamente o ensino de línguas ou filologia, no Museu Real as línguas brasileiras, ou indígenas, teriam espaço com estudos de etnografia. O Museu Real seria um centro intelectual no Brasil até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e a fundação do Colégio Pedro II em 1837.

A fundação do Museu Real, dedicado às ciências naturais, por D. João VI, teve como ato simbólico o fator de amalgamar a identidade nacional no Brasil à sua identidade natural, sendo posteriormente as línguas brasileiras, ou indígenas, relacionadas a esse mundo natural, como Martius as descreveria em suas diversas obras, museus:

[...] são espaços de sistematização ficcional da memória e do patrimônio. Seu ethos memorialístico, universalista e trans-histórico espelha a relação do homem com o cosmos por meio dos pressupostos autorizados pela ciência moderna. A construção de uma memória e de um patrimônio naturais, na verdade científicos, por meio de grandes sínteses museológicas, consiste em operações ideológicas de ordenação da realidade. São inventários reificados (e reificantes) de caráter fragmentário, destinados a traçar genealogias e percursos do refinamento progressivo (a ideia de “civilização”) do humano em si e em sua relação com a natureza. Nesse sentido, essas instituições buscam prover as significações necessárias e o ordenamento simbólico adequados para nossa relação com a multidimensionalidade da categoria “vida” e a totalidade complexa da natureza por meio das ‘naturezas mortas’. (LOUREIRO, 2007, p. 170-1)

Na Europa, os museus já carregavam uma história, sendo os museus de história natural oriundos da visão de mundo das ciências naturais e da antropologia. Desde os gabinetes renascentistas, a ideia de catalogação e exposição já estava sendo projetada como um fator identitário e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

graças também ao conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus ganhavam mais força ainda no século XIX: “transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos” (LOPES, 1995, p. 15). A função do museu oitocentista seria próxima a de uma universidade, no fomento à pesquisa e constituição do conhecimento acadêmico.

Após a publicação da obra *Kosmos* por Alexander von Humboldt, a concepção de uma História Natural se vincula à compreensão de territórios da América, como o Brasil, em seu projeto identitário:

Os museus de história natural caracterizam-se por sua vinculação aos projetos científicos de coleta, pesquisa e classificação da natureza. A constituição da memória científica moderna, somada às exigências de culto à identidade da nação, por meio da objetificação da empiria, faz com que os museus desenvolvam recursos de preservação e exposição da “vida” natural e cultural a partir da “natureza morta” (LOUREIRO, 2007, p. 159).

Percebe-se um alinhamento entre o Museu Real de 1818 e a missão artística austro-alemã de que o botânico Karl von Martius e o zoólogo Spix participaram. As línguas brasileiras, ou indígenas, eram objeto de estudos e catalogação nessa concepção de museu, relacionadas também à Etnologia e à Antropologia, como ciências incipientes. O pensamento linguístico da época teria tido influência de estudos de Ciências Naturais e da Filologia, como método de descrição, análise e comparação.

Considerada um fenômeno tipicamente urbano, a criação de um museu no Brasil e a ascensão da consolidação da História Natural como ciência moderna à época têm um grande peso de afirmação civilizatória do Brasil. De tal forma a concepção de mundo que vincula natureza e sociedade se fixou no Brasil oitocentista que a identidade nacional no período da Independência adotou esse paradigma até períodos posteriores, como no Segundo Reinado.

A sede do Museu Real foi escolhida em um local próximo ao Campo de Santana, em residência adquirida pelo Barão de Ubá, onde também se abrigaria o Arquivo Nacional posteriormente: “(...) a morada de casas que no Campo de Santa Anna ocupa o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e commodos convenientes ao dito estabelecimento (...)” (BRASIL, 1818, p. 60-1). Neste lugar, o museu permaneceu até 1892, quando foi transferido para o palácio

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

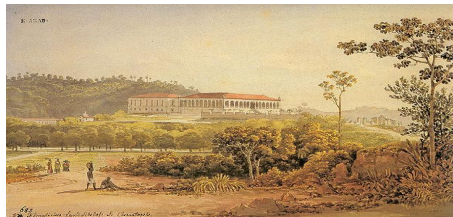
da Quinta da Boa Vista e renomeado para Museu Nacional.

Figura 1: Quadro do Museu Real em 1856, por Pieter Godfred Bertichem.



Fonte: BNDigital, 2018.

Figura 2: Quadro do Palácio da Quinta Boa Vista em 1817/1818, por Thomas Ender.



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, 2017.

A criação do museu já em 1818, com a presença de naturalistas austríacos e alemães no Brasil oitocentista, que compunham o séquito de D. Leopoldina de Habsburgo, demonstra o interesse de D. João VI de alinhar-se ao desenvolvimento científico de tradição iluminista, que se relacionava, à época, ao desenvolvimento das Ciências Naturais: “(...) por bem que nesta Côrte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lagares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear” (BRASIL, 1818, p. 60).

A exigência de que gabinetes e acervos, pequenos ou não, dispersos por outras localidades fossem incorporados ao Museu Real nos dá a ideia de uma centralização institucional interdisciplinar, no sentido de fundação do que poderia se tornar a primeira universidade no Brasil. A

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

coleção da extinta “Casa dos Pássaros” foi transmitida assim ao Museu Real. Dessa forma, a partir dessa centralização, com diversas outras coleções científicas, foi formado e desenvolvido o acervo da mais antiga instituição científica do Brasil, depois de deixar de ser colônia, pela transferência da corte em 1808.

A fundação do Museu Real pode ser vista como uma forma de subterfúgio pela impossibilidade de criação de uma universidade por D. João VI. Em relação ao pensamento linguístico da época, nas coleções do Museu Real e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro iriam constar posteriormente estudos sobre as línguas brasileiras, inclusive de Martius.

Na obra *Reise in Brasilien* (Viagem ao Brasil), Martius ainda relata que a sociedade brasileira carecia de uma universidade para o seu desenvolvimento pleno:

E, todavia, somente com a criação de uma universidade, pela qual se despertam as forças adormecidas do país, poderá o Brasil algum dia, em bela emulação com a mãe-pátria, elevar-se à dignidade de importante reino. Até que isso aconteça, os brasileiros são forçados, embora caro penoso lhes seja, buscar a formatura final além-mar, na Coimbra europeia (MARTIUS, 1981, p. 56).

Em 1863, Karl von Martius publicaria as *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras), obra acadêmica que buscou inventariar as línguas indígenas no território do Brasil oitocentista. Essa edição, importante para se aquilatar o pensamento linguístico da época, serviria como mais um elemento de constituição da identidade nacional no Brasil, indissociável das línguas indígenas e do patrimônio natural vinculado a elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Carlos Souza. *O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária*. N: APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, n. 12, 2009.

BERTICHEM, Pieter Godfred. *O Brasil pitoresco e monumental*. Rio de Janeiro: Imperial de Rensburg, 1856. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital>>. Acessado em 29/10/2018.

BRASIL. Decreto de 06 de junho de 1818. Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Santa' Anna

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que mande comparar e incorporar aos próprios da Corôa. In: *Collecção das Leis do Brazil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 60-61.

BRITTO, Fabiano de Lemos. *Identidade cultural e formação individual: a Alemanha do século XIX e a fundação da pedagogia moderna*. Campinas, 2012.

KÖNIGLICHES Land Schloss S. Christoph [Palácio Real de Campo, em São Cristovão]. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra60926/koenigliches-land-schloss-s-christoph-palacio-real-de-campo-em-sao-cristovao>>. Acesso em: 01 de Nov. 2018. Verbete da Enciclopédia.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. In: *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, 2007.

MUSEU REAL. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. *On-line*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acessado em 26/10/2018.

MARTIUS, Carl; SPIX, Johann. *Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Itatiaia Limitada. 1981.

SCHUARZ, L. M.; DANTAS. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. In: *Revista do IEB*, 2008.